

ORG.

**João M. Paraskeva
Maria Alfredo Moreira
Lia Raquel Oliveira
Maria Assunção Flores**

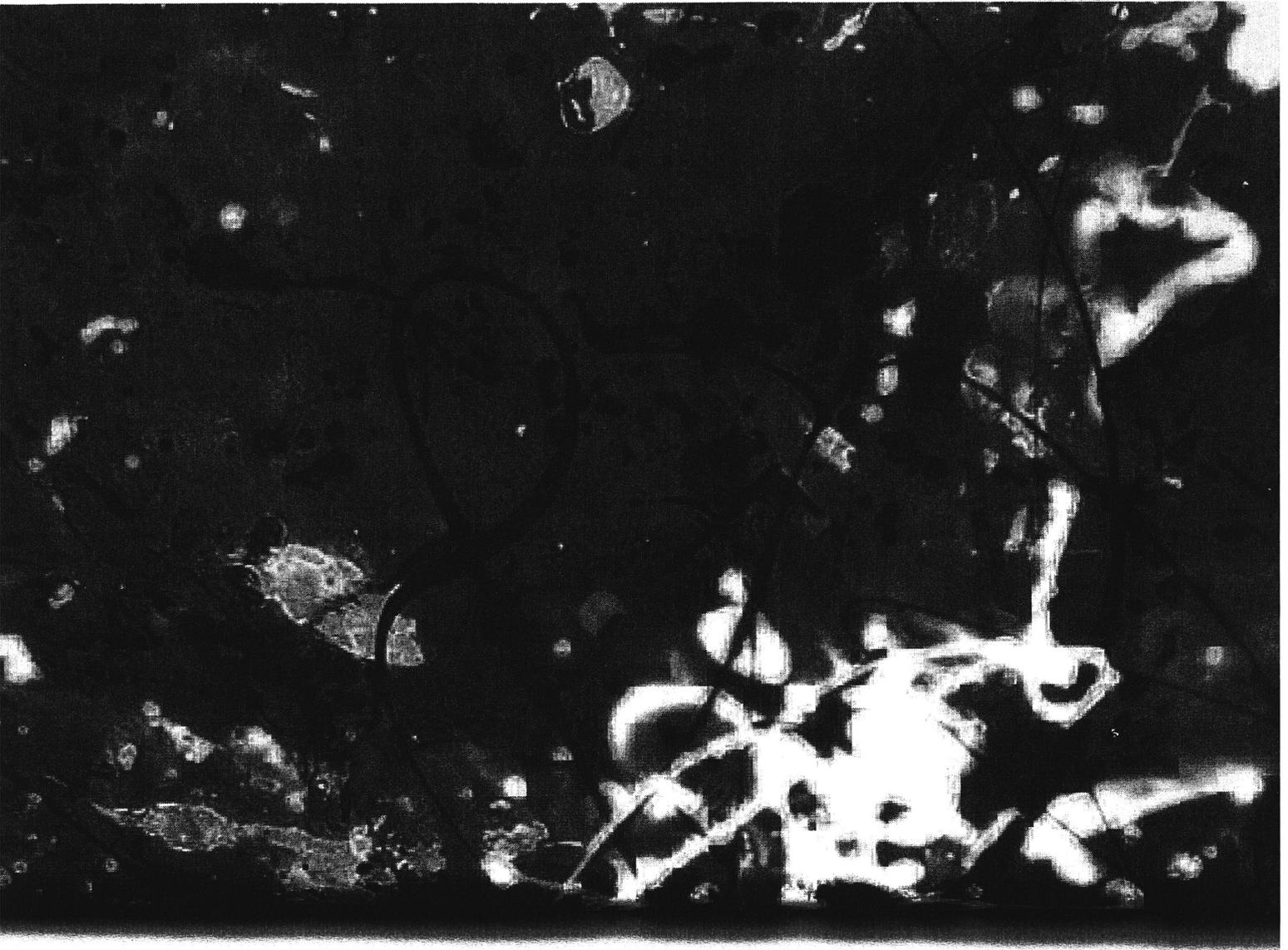
Para uma Educação Pública Garante do Bem Comum:

**Tributo a
Jurjo Torres Santomé**

 **DE FACTO**
EDITORES

Índice

Nota de abertura	7
Maria Assunção Flores, Maria Alfredo Moreira & Lia Raquel Oliveira	
Introdução: repensar a educação pública à luz de Abril	13
João M. Paraskeva, Maria Alfredo Moreira & Lia Raquel Oliveira	
A Jurjo Torres. Reconocimiento y solidaridad	27
Alicia de Alba	
Culturas negadas, currículo e justiça curricular: a contribuição de Jurjo Torres Santomé	37
Álvaro Moreira Hypolito	
El maestro de la pedagogía	43
Begoña Rumbo Arcas	
Hoje escrevo sobre um ser humano imprescindível	49
Branca Jurema Ponce	
Educação: o caminho entre o que somos e o que queremos ser	53
Bravo Nico & Lurdes Pratas Nico	
The extraordinary intellectual contribution of my distinguished colleague, Professor Jurjo Torres Santomé: A festschrift celebration	63
Cameron McCarthy	
Quatro décadas são muito pouco! O legado pedagógico de Jurjo Torres Santomé	69
Cathryn Teasley	
Pensar a educação e o ser educadora e educador: inspirações em Jurjo Torres Santomé	81
Deolinda Ribeiro	



Educação: o caminho entre o que somos e o que queremos ser

Bravo Nico & Lurdes Pratas Nico
Universidade de Évora, Portugal

A começar...

A Educação está sempre no epicentro dos processos de desenvolvimento mais estruturantes da vida das pessoas, das instituições, das comunidades e das sociedades. *É através da concretização de processos educativos, participados, inclusivos e democráticos, que ocorrem as mudanças mais significativas das nossas vidas, promovendo, de forma mais evidente e consolidada, patamares superiores de liberdade e de autodeterminação.* Na realidade, não existe Liberdade sem o correspondente exercício, livre e responsável, do Direito à Educação.

Aprender é uma necessidade básica de qualquer pessoa e, em consequência, um bem que deve disponibilizar-se de forma universal, através de um serviço público que garanta a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso à informação e à construção do conhecimento. No entanto, nesta coordenada axiológica, política, social e cultural, a Educação é um Direito e, simultaneamente, um dever universal de cidadania, no âmbito da responsabilidade social individual, cumprindo-se, com esse exercício, um contrato social, através do qual a informação e o conhecimento são partilhados entre indivíduos, comunidades e sociedades, no tempo e no espaço.

Assim sendo, *a Educação é um dos mais elementares e complexos exercícios de Liberdade e um dos mais estruturantes alicerces da Democracia*, uma vez que se assegura, através do exercício deste direito e dever de cidadania, o acesso à informação e ao conhecimento, bens essenciais para o desenvolvimento humano e para a concretização, consciente, responsável e democrática, da Autodeterminação pessoal e coletiva.

Foram estas as ideias iniciais que se começaram a estruturar, quando iniciámos o nosso processo de reflexão acerca do contributo que poderíamos dar para esta justa homenagem a Jurjo Torres Santomé. Na realidade, o que lemos, o que conhecemos e os contactos que tivemos com Jurjo Santomé proporcionaram-nos oportunidades para refletirmos acerca da resposta a quatro das

questões que consideramos serem curricularmente mais relevantes e que se podem formular da seguinte forma: *A favor do quê? A favor de quem? O quê de quem? O como de quem?*

Estas são quatro questões que enunciámos frequentemente, na nossa atividade profissional, cívica e social, e que nos servem de farol axiológico, de forma permanente. Muitas vezes, recorremos a estas questões essenciais, quando sentimos que *navegamos em mar tempestoso* e quando somos confrontados com dilemas que nos impellem a responder, prioritariamente, a outras questões curriculares, também importantes, mas menos estruturantes: *O quê? Como? Com o quê? Quando? Quanto?...*

Um dos momentos e uma das decisões mais críticos em Educação acontecem quando estabelecemos uma hierarquia nas questões com que somos confrontados. Da decisão tomada, neste ponto de partida, resultará a natureza libertadora e emancipatória do processo educativo que dela emerge. *Na realidade, somos mais livres, quando escolhemos as nossas questões e procuramos dar-lhes as nossas respostas.*

1. Educação: o desafio de conhecer e questionar o presente

O desenvolvimento humano e social, justo e livre, deverá decorrer sempre de projetos individuais e coletivos que resultem da assunção, consciente e participada, de pontos de partida, objetiva e justamente identificados, e de pontos de chegada, conscientemente determinados e decorrentes de compromissos construídos, em contextos inclusivos e equitativos. *Os pontos de partida e de chegada determinam a geometria dos processos de aprendizagem e as consequências dinâmicas de desenvolvimento nelas geradas e concretizadas.* A definição das respetivas coordenadas é um exercício de autonomia que define o grau de liberdade de quem participa nos contextos educativos.

O ponto de partida é um elemento estruturante do processo educativo e do consequente contexto de aprendizagem, nele gerado e concretizado. A determinação, socialmente justa e inclusiva, do ponto de partida é um dos elementos mais críticos da equação educacional associada aos processos de desenvolvimento. Neste exercício inicial, é fundamental que cada um consiga observar o mundo em que vive, o compreenda, questione e projete. Para que isso seja possível e de acordo com Jurjo Santomé, “a escola deve ser um espaço onde aprendemos a ver-nos como seres humanos interdependentes, como pessoas que cada vez que tomamos alguma decisão sabemos que

mais afastados de nós” (Paraskeva, Gandin & Hypolito, 2004, p. 27). *É neste momento inicial, em que se define o ponto de partida, que se determina o potencial transformador e libertador do processo de aprendizagem que nele se vai ancorar.* Só é possível transformar a realidade se a conhecermos, de forma objetiva e consciente. Só podemos ambicionar construir um futuro diferente, se conhecermos objetivamente o presente e conseguirmos questioná-lo, com as nossas próprias perguntas.

A definição do ponto de partida sempre foi e continua a ser, na atualidade, um dos momentos mais críticos dos processos educativos, pelo potencial gerador de injustiça, iniquidade, desigualdade e exclusão que encerra. *Na realidade, a dimensão disciplinar, compartimentada e hierarquizada, com que o currículo escolar se estrutura e desenvolve, limita muito as possibilidades de se considerarem e integrarem as múltiplas perspetivas que existem nos contextos humanos e sociais em que se constroem e concretizam os processos educativos* (Santomé, 1998). Esta limitação, decorrente do caráter disciplinar com que o conhecimento é organizado no currículo, determina que, frequentemente, a coordenada do ponto de partida dos processos de aprendizagem, em contexto formal e escolar, decorra mais da própria hierarquia e sequência curriculares e menos dos contextos pessoais e coletivos daqueles que aprendem. Desta forma, frequentemente, em contextos de aprendizagem formais e escolares, geram-se processos de exclusão e iniquidade, que são promotores de desigualdade de oportunidades e não concorrem para o exercício adequado do Direito à Educação.

Nos contextos não-formais de educação, o processo de definição do ponto de partida encontra-se livre dos constrangimentos curriculares enunciados anteriormente e, frequentemente, resulta do encontro e das necessidades e expectativas dos participantes envolvidos nesses processos educativos. Assim sendo, *nos contextos não-formais de educação, é mais fácil considerar e integrar as diferentes perspetivas existentes, gerando projetos educativos alicerçados na realidade das pessoas e das comunidades, e que respondam, de forma mais objetiva e consciente, a necessidades sentidas e a projetos significativos de desenvolvimento pessoal e coletivo* (Nico & Nico, 2022).

Nos contextos formais e escolares de educação, a definição do ponto de partida é, muitas vezes, o resultado de um procedimento burocrático que resulta da própria sequência curricular ou de um exercício de avaliação mais ou menos complexo. *Nos contextos não-formais de educação, a definição do ponto de partida é um dos momentos mais ricos e dinâmicos das aprendizagens*

de aprendizagem, pois convoca as pessoas e os grupos para um exercício de reflexão e conscientização da sua própria realidade, nela identificando as necessidades e os recursos existentes, gerando um encontro entre indivíduos, promovendo o consequente compromisso, relativamente à coordenada em que se encontram, e a formulação livre, inclusiva e participada, das questões mais potenciadoras da sua transformação.

2. Educação: o desafio de construir o futuro

No processo de desenho e concretização de processos educativos livres, democráticos e inclusivos, as pessoas constroem sempre algo que não existe, nomeadamente uma nova representação de si próprias e das suas comunidades. Neste processo, transformador e emancipatório, de elaboração e concretização de aprendizagens, individual e coletivamente significativas, define-se sempre uma estratégia de autodeterminação, através da qual se estabelece uma coordenada de chegada, que materializa os *inéditos viáveis* ou, de forma mais assumida, *as utopias possíveis* (Freire, 1997).

Aprender é sempre o resultado de uma disponibilidade para desafiar o presente e para provocar a sua transformação, em direção a uma nova realidade, que se projetou antecipadamente e para a qual nos mobilizamos, através das nossas capacidades e do encontro e da cooperação com aqueles que, connosco, estabelecem compromissos.

Neste contexto, *a definição de uma coordenada de chegada, no quadro de um projeto educativo, é um exercício de profunda liberdade, uma vez que nos convoca para a edificação de uma realidade que seja compatível com o nosso presente, decora da dimensão de futuro presente nos nossos projetos individuais e suscite o impulso motivacional necessário para nos levar a empreender uma trajetória vital que nos desenvolva, enquanto seres humanos, nas nossas dimensões individual e coletiva.*

No quadro educativo, a construção do futuro é um processo individual e coletivo em que se vivem tensões e para onde concorrem forças que, frequentemente, nos oferecem perguntas e respostas, num contexto em que somos dispensados de participar e em que o resultado do nosso processo de pensamento é desconsiderado e desvalorizado. Nesta moldura axiológica e política, a construção do futuro é um exercício difícil, no âmbito da qual se formam e materializam contextos opressivos e não democráticos que promovem circunstâncias pessoais e coletivas de exclusão e de injustiça

social. Frequentemente, oferecem-nos futuros pré-construídos e dispensam-nos de construirmos o nosso futuro, alicerçados na nossa realidade e projetado através dos nossos sonhos.

Uma educação, em que a decisão acerca do que se aprende, desconsidera e desvaloriza a realidade presente dos que aprendem, silencia o pensamento e a voz dos que participam na dinâmica educativa e ignora os projetos pessoais e coletivos daqueles que se envolvem nos processos de aprendizagem; é uma educação opressora, colonizadora e, consequentemente, castradora da Liberdade e da Autodeterminação.

A construção individual e coletiva do Futuro, através de processos educativos participados e cooperativos, é um direito humano, indelével e intransmissível, que deverá estar na base das sociedades livres e democráticas e através da qual se estruturam contextos inclusivos de desenvolvimento humano e social.

Os contextos formais e escolares de educação são mais frágeis e mais permeáveis às tensões colonizadoras dos pensamentos hegemónicos, pelo potencial de doutrinação que oferecem, atendendo ao seu caráter universal e obrigatório. É nestes contextos que mais se sentem as pressões para a integração, no currículo escolar, dos conhecimentos e das narrativas que pretendem impor-se, em particular das que emergem das geografias políticas, económicas e culturais dominantes. Neste quadro, é nos contextos escolares que coexistem, com maior evidência, as pulsões de opressão e exploração, face às quais terão que emergir, com maior convicção, as correspondentes forças de resistência e de libertação. A escola é o contexto individual e social mais crítico das sociedades humanas em que se desenha e constrói o futuro, no qual podemos e devemos decidir acerca do caminho vital que queremos percorrer: um caminho de aceitação e dependência, que leva ao conformismo, ou uma alternativa da resistência, que conduza à autodeterminação e à liberdade. Para enfrentarmos este desafio fundamental, são necessários estudantes e professores que assumam o compromisso individual e coletivo de pensarem livremente, expressando, sem reservas, o que pensam e concretizam, responsabilmente, o que dizem. Por outras palavras, é na Escola que se trava uma das mais decisivas batalhas pela Liberdade e pela Democracia, pois é aqui que se confrontam as narrativas hegemónicas e opressoras e as posições livres e democráticas. Neste complexo contexto, a escolha do caminho que cada um concretiza é fundamental para a definição do seu percurso vital e para a representação e concretização do seu futuro.

Num registo diferente, os contextos não-formais de educação são mais resistentes às pulsões hegemónicas e opressoras das narrativas e das posições

colonizadoras, uma vez que estão mais imunes à fragilização associada à grande normalização curricular presente nos contextos formais e escolares. Nos contextos não-formais de educação, a definição do ponto de chegada e do caminho a percorrer, no quadro dos processos de aprendizagem que aí se desenvolvem, é um exercício de maior liberdade e resulta, quase sempre, de compromissos gerados através de dinâmicas coletivas participadas e cooperativas. Neste âmbito, a responsabilidade das comunidades e das instituições nelas presentes é fundamental, pelo papel que estas desempenham no conhecimento, valorização e divulgação das culturas locais e dos conhecimentos a elas associados. *Sem o contributo dos contextos não-formais de educação, a diversidade cultural da humanidade estaria numa situação de maior vulnerabilidade, com riscos mais evidentes de perdas irreparáveis para a cultura humana.*

3. Educação: o desafio do encontro

O encontro é um momento fundamental dos processos educativos, pois fomenta a troca de saberes, a colaboração, a criatividade e o sentido crítico, elementos essenciais para as aprendizagens significativas. Por outro lado, o encontro estabelece uma dimensão didática fundamental, pois:

- i) *Promove uma aprendizagem ativa, uma vez que estabelece um ambiente propício para que os indivíduos participem ativamente no processo de aprendizagem, construindo seu próprio conhecimento, através da interação com os demais e com o conteúdo. Esta realidade contrapõe-se a uma aprendizagem passiva, onde os indivíduos se limitam a receber informações de forma unilateral;*
- ii) *Desenvolve competências socioemocionais, ao permitir que os indivíduos desenvolvam diversas habilidades fundamentais, como a comunicação, o trabalho em equipa, a resolução de conflitos, a empatia e o respeito para com a diferença. Através da interação com os pares, os indivíduos aprendem a colaborar, negociar, lidar com diferentes pontos de vista e construir relações saudáveis;*
- iii) *Promove cidadãos conscientes e críticos, ao contribuir para a formação de pessoas capazes de analisar a realidade social de forma crítica, defendendo os seus direitos e responsabilidades e participando ativamente na vida em comunidade. Através do diálogo e da reflexão crítica, os indivíduos são incentivados a questionar a realidade existente, propondo soluções*

para os problemas sociais identificados e construindo alternativas para uma sociedade mais justa e democrática.

- iv) *Favorece a inclusão e a equidade, quando valoriza a diversidade e cria um ambiente acolhedor e inclusivo, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.*

O encontro entre pessoas, em contextos educativos, garante, ainda, o desenvolvimento de outras dimensões essenciais para o exercício da liberdade e da Autodeterminação, uma vez que promove:

- i) *o desenvolvimento cognitivo, através da aprendizagem colaborativa, do debate de ideias e da resolução coletiva de problemas. Ao interagir com outras pessoas, os indivíduos são expostos a diferentes perspetivas, o que os desafia a pensar criticamente, a analisar informações de forma abrangente e a construir o seu próprio conhecimento.*
- ii) *o desenvolvimento socioemocional, atendendo a que o encontro proporciona um ambiente propício para o cultivo de habilidades como a comunicação, a empatia, o trabalho em equipe, a resolução de conflitos e a inteligência emocional. Através da interação social, os indivíduos aprendem a relacionar-se com respeito, lidando com diferentes pontos de vista, gerindo as suas emoções e construindo relações saudáveis;*
- iii) *o desenvolvimento da identidade, pois o encontro permite que os indivíduos explorem as suas características, valores e crenças, em contato com outras pessoas. Através da interação social, os indivíduos confrontam-se com diferentes realidades e perspetivas, o que os leva a refletir sobre si mesmos, definir seus princípios e construir sua própria identidade;*
- iv) *o desenvolvimento da criatividade, uma vez que, através da troca de ideias, da colaboração em projetos e da exposição a diferentes formas de expressão, os indivíduos são incentivados a pensar de forma inovadora, buscando novas soluções e explorando novas possibilidades.*

O encontro é, pois, fundamental para o exercício, livre e autónomo, do Direito à Educação, entendido e assumido como elemento estruturante de uma cidadania livre e responsável. *O encontro promove a coesão social, pois permite construir e fortalecer os laços entre os indivíduos, gerando um sentido de comunidade.* Através da interação social, as pessoas desenvolvem um sentimento de pertença, de respeito mútuo e de cooperação, o que contribui para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e solidária.

Por outro lado, o encontro entre pessoas, em contextos educativos, promove a cidadania ativa, pois estimula a responsabilidade social dos indivíduos. Através da interação social, as pessoas são sensibilizadas para os problemas sociais e estimuladas a participarem na construção para os problemas das suas comunidades, valorizando a sua participação e os seus recursos próprios.

Finalmente, o encontro é decisivo para o desenvolvimento cultural, pois permite a preservação e transmissão de saberes, valores e tradições entre as gerações. Através da interação social, as pessoas compartilham as suas culturas, aprendem com diferentes costumes e constroem uma sociedade mais rica em diversidade e pluralidade.

A História também pode ser feita pelas pessoas inconformadas, que não se demitem de pensar e de agir e que querem ser produtoras do seu conhecimento. Participar na construção da História só é possível quando as pessoas se encontram e assumem a necessidade de gerarem compromissos, relativamente ao presente em que estão, ao futuro que aspiram a ter e ao caminho que pretendem percorrer, através de um processo educativo participado, democrático e inclusivo.

Neste contexto de valorização do encontro entre pessoas, no âmbito de processos educativos transformadores e libertadores, a dimensão intergeracional é um elemento crítico que garante um encontro mais inclusivo, com maior contributo para a coesão social e maior potencial de transmissão da cultura humana. Na realidade, os contextos educativos que valorizam encontros entre pessoas de diferentes gerações são, intrinsecamente, mais ricos e garantem condições mais adequadas para promover o desenvolvimento humano, uma vez que a diversidade decorrente da diferença estrutural existente entre pessoas de diferentes gerações é um elemento enriquecedor das experiências de aprendizagem em que todos participam (Vygotsky, 2007).

Na realidade, o encontro intergeracional, em contextos educativos, contribui para a Liberdade e a Democracia, pois promove a troca de saberes, experiências e valores entre diferentes gerações, o que contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, plural e participativa, através de dimensões socialmente fundamentais:

- i) o combate à exclusão social e à discriminação, quando promove o respeito pela diversidade e a valorização das diferentes perspetivas. A partilha de experiências entre gerações ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos, constituindo uma sociedade mais inclusiva e tolerante;

- ii) o fortalecimento da memória social e da identidade cultural, quando garante a transmissão de saberes, valores e tradições entre as gerações, preservando a memória social e fortalecendo a identidade cultural. No encontro que se estabelece, em contexto educativo, entre jovens e adultos mais velhos, os costumes, as histórias e os conhecimentos ancestrais são preservados e revitalizados, garantindo a continuidade da cultura e a construção de uma sociedade mais coesa;

- iii) o desenvolvimento do senso crítico e da participação social, dado que a intergeracionalidade estimula o desenvolvimento do senso crítico e da participação social dos indivíduos, preparando-os para serem cidadãos ativos e envolvidos na construção da Democracia;

- iv) o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem, pois o encontro intergeracional proporciona diferentes perspetivas e experiências que complementam a visão tradicional da educação. Os mais jovens aprendem com a experiência e a sabedoria das gerações mais antigas, enquanto os adultos beneficiam do conhecimento atualizado e da visão inovadora dos jovens;

- v) a construção de pontes entre o passado, o presente e o futuro, uma vez que o encontro intergeracional garante a continuidade do conhecimento e da cultura e, simultaneamente, estimula a inovação e a construção, mais participada, do futuro individual e coletivo.

Em síntese, a intergeracionalidade nos processos educativos promove a Liberdade e a Democracia, pois fomenta e valoriza o diálogo entre diferentes gerações, combate a exclusão social, fortalece a identidade cultural, desenvolve o sentido crítico e a participação social, enriquece o processo de ensino e aprendizagem e constrói pontes entre o passado, o presente e o futuro.

A terminar

A reflexão anterior demonstra um pouco do que foi o resultado dos nossos encontros com *Jurjo Santomé*, ao longo dos nossos ciclos vitais, em situações muito diversas, que envolveram leituras, assistências a conferências e uma ou outra reunião em que todos participámos. As ideias de Jurjo, ancoradas nos seus alicerces axiológicos e políticos, são, para nós, significativas e sempre tiveram a capacidade de fecundar o nosso pensamento, a nossa prática profissional e a nossa atividade cívica. Na realidade, a obra de Jurjo

que se assumiram como pontos de partida para os nossos processos individuais de aprendizagem e de consequente desenvolvimento.

A favor do quê? A favor de quem? O quê de quem? O como de quem? Quatro questões que, quando colocadas em contexto educativo, possuem a capacidade de nos remeterem para respostas pessoais que definição muito do que somos no presente e do que queremos ser, no futuro.

Nos últimos 25 anos, fomos responsáveis pela criação e desenvolvimento de dois projetos educativos, em contexto não-formal de aprendizagem: a Escola Comunitária de São Miguel de Machede (www.suaa.pt/) e a Universidade Popular Túlio Espanca da Universidade de Évora (www.utuioespanca.u evora.pt/). Na génese destes dois projetos, estiveram as quatro questões anteriores. Em ambos os projetos, foi assumida a preocupação de promover uma abordagem interdisciplinar e de encontro intergeracional, num contexto educativo inspirado nos princípios da educação popular e da educação comunitária. Em ambos os projetos, tentamos concretizar algum do pensamento de Jurjo Santomé.

As nossas questões estão assumidas e foram formuladas. A coordenada do nosso ponto de partida foi definida por nós próprios, em diálogo e em cooperação com aqueles com quem estabelecemos um encontro e com quem trabalhamos. Ainda não temos respostas. Porém, temos o mais importante: um caminho.

É por este caminho que vamos! Não é por qualquer outro!

Obrigado, Jurjo, pela companhia!

Referências

- Freire, P. (1997). *Pedagogia da esperança* (15.ª Ed.). Paz e Terra.
- Nico, B., & Nico, L. (2022). Educação comunitária e desenvolvimento local: Um terroir educativo. In C. Madureira, J. Escola, & M. Lopes (Eds.), *Animação sociocultural, educação, cidadania, participação, turismo e desenvolvimento comunitário* (pp. 25-31). INTERVENÇÃO – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Paraskeva, J., Gandin, L., & Hypolito, A. (2004). A imperiosa necessidade de uma teoria e prática pedagógica radical crítica: Diálogo com Jurjo Torres Santomé. *Currículo sem Fronteiras*, 2(4), 5-32.
- Santomé, J. (1998). *Globalização e interdisciplinaridade: O currículo integrado*. Artmed.

The extraordinary intellectual contribution of my distinguished colleague, Professor Jurjo Torres Santomé: A festschrift celebration

Cameron McCarthy

University of Illinois Urbana-Champaign, United States of America

I will always be on the side of those who have nothing and who are not even allowed to enjoy the nothing they have in peace. (García Lorca, 1998)

Introduction

It is indeed for me a great pleasure to be in the company of those who celebrate the extraordinary career and accomplishments of my distinguished friend and colleague, Professor Catedrático, Jurjo Torres Santomé. I first want us all to recognize that Jurjo's volition for intellectual work will continue after his retirement into what I am sure will be a more liberated space, freed from bureaucratic routinization and constraint. But here in what follows, I want to pay tribute to my esteemed colleague and to underscore and acknowledge his major contribution to the field of global studies in education, social justice education, and related fields in curriculum and pedagogy studies. Jurjo, all would agree, has been a visionary scholar whose remarkable contributions to these fields have influenced educational researchers and students in Spain and worldwide. He is truly a scholar of transnational import and volition. In this short presentation, I want to reflect on his extraordinary impact and to celebrate his enduring legacy and the sustained momentum of his scholarly corpus.

A remarkable legacy of scholarly work

With books such as *La desmotivación del profesorado* (2020), *La justicia curricular: El caballo de Troya de la cultura escolar* (1991), *Globalización e interdisciplinariedad: El currículo integrado* (2012), and *Educación en tiempos de neoliberalismo* (2023), Professor Torres Santomé has set an extraordinarily high standard for critical analysis and diagnosis of the modern education condition. He established from very early on a willingness to call out the